

O anúncio da morte de Deus

“Nunca ouviram falar do louco que acendia uma lanterna em pleno dia e desatava a correr pela praça pública gritando sem cessar: “Procuro Deus! Procuro Deus!”. Mas como havia ali muitos daqueles que não acreditam em Deus o seu grito provocou um grande riso. Ter-se-á perdido como uma criança? dizia um. Estará escondido? Terá medo de nós? Terá embarcado? Terá emigrado? Assim gritavam e riam todos ao mesmo tempo. O louco saltou no meio deles e trespassou-os com o olhar. “Para onde foi Deus?” exclamou, “é o que lhes vou dizer. Matámo-lo, ...vocês e eu! Somos nós, nós todos, que somos os seus assassinos! Mas como fizemos isso? Como conseguimos esvaziar o mar? Quem nos deu uma esponja para apagar o horizonte inteiro? Que fizemos quando desprendemos a corrente que ligava esta terra ao sol? Para onde vai ela agora? Para onde vamos nós próprios? Longe de todos os sóis? Não estaremos incessantemente a cair? Para diante, para trás, para o lado, para todos os lados? Haverá ainda um acima, um abaixo? Não estaremos errando através de um vazio infinito? Não sentiremos na face o sopro de vazio? Não fará mais frio? Não aparecem sempre noites, cada vez mais noites? Não será preciso acender os candeeiros logo de manhã? Não ouvimos ainda nada do barulho que fazem os coveiros que enterram Deus? Ainda não sentimos nada da decomposição divina?... os deuses também se decompõem! Deus morreu! Deus continua morto! E fomos nós que o matámos! Como havemos de nos consolar, nós, assassinos entre os assassinos! O que o mundo possui de mais sagrado e de mais poderoso até hoje sangrou sob o nosso punhal; ...quem nos há-de limpar deste sangue? Que água nos poderá lavar? (...) A grandeza

deste acto é demasiado grande para nós. Não será preciso que nós próprios nos tornemos deuses para, simplesmente parecermos dignos dela? Nunca houve acção mais grandiosa e, quaisquer que sejam, aqueles que poderão nascer depois de nós pertencerão, por causa dela, a uma história mais elevada do que até aqui, nunca o foi qualquer história.” O insensato calou-se depois de pronunciadas estas palavras e voltou a olhar para os auditores: também eles se calavam, como ele, e o fitavam com espanto. Finalmente atirou a lanterna para o chão, de tal modo que se partiu e apagou. “Chego cedo demais”, disse ele então, “o meu tempo ainda não chegou. Esse acontecimento enorme ainda está no caminho, caminha, e ainda não chegou ao ouvido dos homens (...)”¹.

Esta proclamação de intenção e aparência proféticas encontra-se no fragmento 125 da *Gaia Ciência*, obra publicada em 1882, e constitui uma referência indispensável a quem pretende auscultar e compreender o pensamento moderno, particularmente no que diz respeito à formulação da questão de Deus e da religião. Encontram-se neste texto afirmações que não são apenas constitutivas da filosofia nietzscheana, mas são também a ilustração de outras correntes do pensamento do século passado, a que, para simplificar, podemos chamar ateístas, tornando-se por isso num texto emblemático. A primeira afirmação diz respeito à notícia da “morte de Deus” que no caso de Nietzsche assume o aspecto de um anúncio – Deus morreu! – espécie de contraponto à Boa Nova evangélica: Cristo ressuscitou. A segunda diz respeito à gravidade do acto – “Não estaremos incessantemente a cair? Para diante, para trás, para o lado. para todos os lados? Não estaremos errando através de um infinito vazio” – constatando-se a dimensão e as consequências de tal crime – “Chego cedo demais, o meu tempo ainda não chegou”, conforme diz o texto. A terceira afirmação, directamente relacionada com a anterior, salienta prospectivamente a importância central da notícia da “morte de Deus” que os tempos futuros mostrarão e que correspondia à convicção de Nietzsche segundo a qual ele próprio nasceria postumamente – “nunca houve acção mais grandiosa e (...) aqueles que poderão nascer depois de nós pertencerão, por causa dela, a uma história mais elevada”, para voltar às palavras do texto.

No contexto global desta semana de Teologia, o objectivo desta comunicação é esclarecer o sentido da afirmação nietzscheana “Deus

¹ NIETZSCHE, Werke, Ed. por Karl Schlehta, Munchen, Carl Hauser Verlag, 1982, Vol II, p. 127. As citações são feitas a partir desta edição. Neste caso concreto a tradução portuguesa é de Alfredo Margarido. NIETZSCHE, *A Gaia Ciência*, Lisboa, 1967, p. 145.

morreu”, afirmação que podemos considerar emblemática do ateísmo contemporâneo.

A questão que antes de mais importa colocar é esta: que significa a afirmação *Deus morreu*? Como mostrou Martins Heidegger², enganar-nos-íamos se interpretássemos a morte de Deus como a afirmação de uma convicção pessoal ou de uma descrença, que, embora de sinal contrário, permaneceria no mesmo plano da crença. Não se trata de uma afirmação de fé ou falta dela proclamada por um indivíduo ou um grupo a que se oporiam as convicções de outro; da mesma forma, não é o resultado de um corpo de razões e argumentos aos quais se poderia contrapor outras razões, outros argumentos. *A morte de Deus* não é uma questão pessoal, limitada à esfera da privacidade individual, mas o culminar de um longo processo histórico começado em Sócrates – a quem Nietzsche chamava esse *plebeu inculto* – ou nas palavras de Heidegger, o culminar da metafísica ocidental. Enquanto permanecermos na suposição de que a morte de Deus é apenas a afirmação de uma descrença não poderemos compreender a dimensão que Nietzsche outorga ao acontecimento. Para este pensador a morte de Deus é um destino inamovível, o acontecimento irremediável que irá marcar os tempos futuros. A reafirmação da fé, a luta dos crentes contra o espectro da morte divina poderá prolongar a agonia, ou pelo contrário abreviá-la, mas não poderá impedir a *morte de Deus*. Por esta razão se dizia no texto que as igrejas não eram mais que monumentos fúnebres de Deus.

Para que o sentido da morte de Deus se torne claro começemos por abordar as consequências da mesma. A morte de Deus é a morte do princípio da inteligibilidade que outorga realidade aos seres e orienta o homem na vida, dando-lhes um sentido e uma finalidade. Privado de Deus, privado do que há de mais real, do que é *propriamente real*, fonte do sentido da vida, o homem cai num abismo sem fim. Perdido, sem luz que o ilumine nem rumo que o oriente, mergulhado no absurdo, o homem não pode já recorrer a uma instância superior que lhe conceda um sentido e uma orientação para as suas acções. *Se Deus morreu tudo é permitido* afirma um dos personagens de Dostoiévski em *Os irmãos Karamazov*, e nesta expressão concentra-se o caos, a indiferença, o absurdo e o horror de um mundo sem Deus. Sem Ele o Bem perdeu o seu fundamento, e se nos esforçarmos por ser virtuosos é tão somente por uma razão de capricho. Importa esclarecer que aquilo que Nietzsche afirma a propósito do Deus cristão poder-se-ia dizer da Ideia do Bem de Platão, ou de qualquer outra instância que pela sua excelência e pri-

² MARTIN HEIDEGGER, *Holzwege*, Frankfurt/Main, 1949.

mazia vem, de fora, ordenar o mundo e orientar o homem. Por outras palavras, a morte de Deus é a morte do mundo intelegível que se manifesta no mundo sensível e do qual este participa (o paralelismo entre a morte do mundo intelegível é tanto mais legítima quanto Nietzsche considerava que o cristianismo era platonismo para o povo).

Julgo estarmos agora em condições de compreender a gravidade inerente às afirmações do insensato — assim é designado o louco que procura Deus. Aqueles que na praça pública o ouviram, e que pertencem aos que não acreditam em Deus, não o compreendem, justamente porque não têm consciência do crime que ajudaram a cometer. Agora, que Deus morreu, “Para onde vamos nós próprios? Não estaremos incessantemente a cair? Não sentiremos na face o sopro do vazio? Não fará mais frio? Não será preciso acender os candeeiros logo de manhã? É nestas circunstâncias, a partir da consciência de um vazio que nos invade, que a denúncia de Nietzsche se começa a desenhar. Neste momento, não nos deixemos agarrar pelo nihilismo em que aparentemente a morte de Deus nos deixou e dirijamos a nossa atenção não para a realidade de Deus, mas para o que ela representa e assegura enquanto princípio de inteligibilidade e fonte do Bem e de outros valores. Dito por outra forma, devemos questionar as condições e o princípio a partir dos quais se tornou tão decisiva e determinante a afirmação da realidade de Deus. Se a existência de Deus é assim tão fundamental, se ela se revela tão necessária à vida como fonte dos valores e do sentido da vida, devemos questionar essa *necessidade vital* que se expressa na afirmação de Deus. O papel do filósofo, explorador das profundidades e dos abismos insondáveis é revelar essa instância anterior e determinante face à qual a existência de Deus é sentida de uma forma tão indispensável. Trata-se, em última análise, de perguntar com desconfiança: o que é e qual a índole disso que se manifesta por um tão *interessado* e intenso *querer* Deus? (e digo interessado porque se trata, pelo menos aparentemente, de tornar a vida visível, isto é, libertá-la do absurdo e do vazio). A afirmação da realidade e da primazia do mundo supra-sensível não oculta um interesse que precisamente está interessado em permanecer oculto, impensado? A suspeita está a partir de agora lançada...

Para que possamos avançar na nossa análise, precisamos de nos deter um pouco numa noção há pouco referida: o valor. Dissemos atrás que Deus era considerado como a fonte de todos os valores e que com a morte de Deus morria também o princípio de valoração ou de atribuição de valores. Mas o que é um *valor*? Se o termo valor se utilizava antes de Nietzsche só depois dele se divulgou de tal forma que é hoje corrente falar-se dos valores, da defesa dos valores, na ausência de valo-

res etc.. O valor é aquilo que vale, mas a afirmação de um valor implica sempre uma avaliação, um ponto de vista particular a partir do qual se avalia e se estabelece o *valor*, isto é, implica sempre uma perspectiva. Não há valores que valham por si, absolutamente, senão justamente referidos ao ponto de vista a partir do qual são afirmados. Desta forma o *valor* remete sempre para a perspectiva do avaliador e é relativo a este. Se o Bem, a Verdade e o Belo são valores importa perguntar qual o princípio que os institui como tal; se Deus passa por ser a fonte de todos os valores importa perguntar qual o princípio que o instituiu como tal e, sobretudo, qual o interesse destas avaliações. Ao perguntar pelo interesse que cada avaliação esconde na afirmação de um valor levamos um pouco mais longe a suspeição de que acima falámos.

O que está então por detrás na instituição dos valores, o que é que os determina? Qual a perspectiva a partir da qual eles são afirmados? A *Vontade de Poder*, diz Nietzsche, é sempre a vontade de poder que determina a avaliação. Tocamos aqui uma outra noção importante para compreender a morte de Deus: a noção de *Vontade de Poder*³. Não podemos entender esta expressão pelo que mais ou menos imediatamente ela nos pode sugerir. A Vontade de Poder não é igualmente o desejo de um ascendente político ou de um domínio militar; de resto, a Vontade de Poder não pode ser compreendida de uma forma psicológica como expressão de um desejo ou de um apetite. Não é também Vontade... de Poder como se estivessemos a tratar de dois elementos distintos, de uma Vontade que aspirasse ao Poder. Não é ainda uma qualidade ou uma propriedade de alguma coisa, ao contrário é a partir dela que tudo se determina. A Vontade de Poder é o traço característico de toda a realidade, isso a partir do qual toda a realidade se constitui. Tudo é a partir da Vontade de Poder e em tudo se manifesta esta Vontade. A Vontade de Poder é uma tensão contínua para se ultrapassar a ela própria, é, em suma, *devenir*. Devemos fixar esta noção à qual Nietzsche atribuía a maior importância, ao ponto de pensar vir a intitular a sua última e principal obra, que não chegou a escrever completamente, *A Inocência do Devenir*.

Tudo é, pois, Vontade de Poder. Mas qual a relação entre Vontade de Poder e valor? É precisamente a relação que há entre a perspectiva que avalia e a afirmação do valor. A vontade de poder determina a instauração dos valores, e estes, enquanto expressão daquela, *servem-na*, permitem a sua conservação ou expansão no sentido da superação de si própria, como há pouco nos referimos. É agora clara a ligação

³ Cf. MARTIN HEIDEGGER, *Nietzsche*, 1961.

vital que se estabelece entre a Vontade de Poder e os valores por ela instaurados. Enquanto princípio determinante a Vontade de Poder une-se ao que é querido e este é sempre o resultado do interesse vital da vontade que quer ⁴. Podemos esclarecer esta mesma relação utilizando o simbolismo de Dionísio e de Apolo igualmente referido por Nietzsche. Dionísio é o deus do vinho, da embriaguês delirante, da fúria e do frenesim que se agita por detrás de todas as coisas. Apolo é o Deus do sonho, das formas plásticas e da aparência bela. Como dois bons inimigos, um não pode passar sem o outro. Se por detrás da beleza olímpica se agita o delírio dionisiaco, este só se manifesta através do espírito apolíneo. Devemos sempre partir de Dionísio para Apolo, da Vontade de Poder para aquilo que ela determina — inverter a ordem é moralizar a Vontade de Poder a partir de um valor que foi por esta colocado, mas não podemos esquecer que as formas apolíneas são as expressões imprescindíveis para que Dionísio se revele e afirme.

Eis-nos chegados ao ponto decisivo da proposta nietzscheana: a transmutação de todos os valores. Mas o que é a transmutação de todos os valores? O que está em causa não é contrapor aos valores aceites, ao Bem, ao Belo, à Verdade, uma nova tábua de valores, contraposição que reflectiria convicções pessoais mas cuja afirmação seria mais ou menos arbitrária. Transmutar todos os valores significa estabelecer um novo princípio a partir do qual os valores são erigidos. Antigamente era em Deus, ou nas Ideias, ou mais geralmente no Mundo Inteligível que se fundavam os valores, mas sabe-se agora, depois de prescrutados abissos insondáveis, que Deus e os Ideais, o Bem e a Verdade, não são mais do que criações da Vontade de Poder. É a partir desta, não mais esquecida e subrepticamente presente, mas consciente de si e querendo-se a si própria, que podemos instituir os novos valores. Compreende-se assim o sentido da “inversão” nietzscheana; todo o sinal, toda a forma plástica, todo o pensamento remete para a índole da vontade que o quer. “De tudo o que se escreve, apenas amo o que se escreve com o próprio sangue. Escreve com o sangue e descobrirás que o sangue é o espírito”, diz Zaratustra no *Assim Falava Zaratustra* ⁵. Em termos metafóricos e aforísticos, tão do agrado de Nietzsche, dir-se-ia que o “espírito” é forjado de um sangue que o alimenta. Deus, Alma, Espírito, são valores, ficções úteis a quem as afirma mas que não correspondem a nada propriamente real. Se se afirma Deus, a interrogação deve incidir então sobre a natureza da Vontade que O quer.

⁴ Cf. GILLES DELEUZE, *Nietzsche et la Philosophie*, Paris, 1962 pp. 56 ss.

⁵ NIETZSCHE, vol. II, p. 305.

Não são já essas pretensas realidades inteligíveis, situadas num mundo do Além que nos obrigam, mas aquilo que as suporta, não é a um céu distante que devemos fidelidade, mas à Terra que o sonhou. “Eu vos conjuro, ó meus irmãos, sede fiéis à terra e não acrediteis naqueles que vos falam de esperanças supraterras. Cientes ou não disso, são envenenadores”⁶.

Para completar a denúncia de Nietzsche, depois de elucidado o campo onde a ideia de Deus encontra as suas raízes — sabemos já que é a Vontade de Poder —, falta-nos ainda perguntar pelo *interesse* que preside à “invenção” de um mundo supra-sensível, de um além que passa por ser a realidade por excelência. Digo interesse e reforço esta ideia, pois estamos já conscientes do elo vital que se estabelece entre a Vontade de Poder, princípio de determinação que surge associado ao que é determinado, e os valores, meios de expressão daquela. A valorização não é nunca inocente; afirmar estes ou aqueles valores é sempre vital na perspectiva de quem os afirma. Que velado interesse é então esse que subjaz à “invenção” de um mundo inteligível, eterno, imutável, causa primeira e causa final? É o de congelar o *devir*, o de *petrificar*, o de *domesticar* a Vontade de Poder fazendo esquecer que é ela que está na base desta invenção; é sobretudo o interesse de conceder um porto de abrigo, uma referência estável que não seja continuamente superada, enfim, uma satisfação para a necessidade vital de segurança. Deus, o mundo inteligível, passa por ser aquilo⁶ que mais propriamente é, mas no fundo não é mais do que um deve *valer como verdadeiro, deve ser considerado verdadeiro* para conseguirmos continuar a viver. Deus é o artifício, a tartufice que nos permite escapar ao absurdo, ganhar um sentido para a vida, conceder-lhe uma finalidade. Chegamos assim a um outro tema relacionado com a morte de Deus: o nihilismo. Interpreta-se correntemente por nihilismo a negação dos valores, de Deus, do Belo e do Bem, cuja consequência é essa queda no nada, no vazio. O nihilista é aquele que desacredita os valores tradicionais. Para Nietzsche, porém, o nihilista é antes de mais o que instituiu os valores tradicionais, o que inventou Deus e o mundo inteligível, não assumindo a dinâmica da Vontade de Poder e esquecendo, até, a origem e a genealogia dos valores afirmados. O nihilista vê o mundo sensível a partir do inteligível, avaliando-o a partir do exterior, isto é, *moralizando-o*, impondo-lhe o perfil de Deus, do Bom ou das Ideias. Platonismo e cristianismo são os arautos de uma pregação *contra* a vida (entendida como Vontade de Poder). A tradição ocidental, desde Sócrates, inverteu a relação entre

⁶ NIETZSCHE, vol. II, p. 287.

Dionísio e Apolo, fazendo a leitura deste para aquele, como se Dionísio fosse o delírio consentido ou determinado por Apolo, quando, de facto, é o contrário que se passa porque, no fundo, é aquele que mais defende os valores tradicionais que mais reflecte uma vontade de nada, no sentido em que se revela incapaz de aceitar a inocência do devir e mais carência tem de um porto de abrigo. Por esta razão, o nihilismo permanece uma noção ambígua para Nietzsche. A decadência dos antigos valores é apenas a face exterior e incompleta de um outro nihilismo, este sim mais radical e acabado e que culmina com a instauração de novos valores. Desta forma a realização do nihilismo radical é a aurora dos novos tempos. Ao ideal cristão sobrevirá a visão trágica do mundo e da vida. A vida só se justifica como fenómeno estético, como um fogo que se acende e que se apaga, como um jogo sublime, uma brincadeira de uma criança. O que nos é exigido é fidelidade ao Devir inocente, que está para além do Bem e do Mal, é dar voz à Vontade de Poder. Não é na praça pública, por entre as vozes dos mercadores, mas em solidão, no ar puro do cume das mais altas montanhas, longe do calor ameno da turba multa, da segurança do rebanho, que se pode escutar a grandeza da vida. Ver a ciência pela óptica da arte e a arte pela óptica da vida é, em suma, a proposta nietzscheana. O artista, ele próprio, se transforma em obra de arte no jogo cósmico entre Dionísio e Apolo.

Não admira que seja na arte que Nietzsche veja a expressão mais fiel à Vontade de poder⁷. Em seu entender, a filosofia, uma filosofia não vale pelo presumível grau de verdade que pode conter, mas pelas possibilidades de vida que dela se desprendem. Ouçamos as suas palavras: “Qual a relação entre o génio filosófico e a obra de arte? Há pouco a aprender das suas relações directas. É necessário perguntar: em que medida tal filosofia é arte, uma obra de arte? Que permanecerá dela quando o seu sistema estiver cientificamente morto? É precisamente esse *resto* que dominará o instinto de conhecimento, será a sua qualidade de arte. Porque do ponto de vista científico qualquer sistema é uma ilusão, um erro que engana a necessidade de conhecimento e não a satisfaz senão temporariamente. O valor da filosofia não reside na esfera do conhecimento mas na esfera da *vida*; o *querer viver* utiliza a filosofia para realizar uma *forma de existência superior*”⁸.

Que significa então sinteticamente a frase de Nietzsche Deus morreu? Significa que foi desmascarada a *vontade de Deus*, que foi reconhecido e querido o princípio a partir do qual se instauram os valo-

⁷ Sobre esta questão veja-se EUGEN FINK, *Nietzsches Philosophie*, Stuttgart, 1960.

⁸ Cf. *La naissance de la philosophie à l'époque de la tragédie grecque*, tr. franc., Paris, 1938, p. 158. O filósofo é o médico da civilização porque só ele está em condições de apreciar a *saúde de uma cultura*.

res e que, privados do além, cuja origem foi genealogicamente explicada, Deus, o Bem, os Ideais já não encontram nem suporte, nem razão de ser. É esta a denúncia de Nietzsche.

Os dois últimos séculos foram particularmente fecundos em ateísmo⁹ e em análises que pretendiam desmistificar o fenómeno religioso. No que diz respeito a Freud, a interpretação que estabelece da religião, como nos surge em *Totem e Tabou*, *Moisés e o Monoteísmo* ou *O Futuro de uma Ilusão*, implica simultaneamente uma bordagem histórica e psicológica. Fixemos alguns pontos elucidativos.

1 – Há uma analogia entre os sintomas nevróticos individuais e os fenómenos religiosos; estes, embora possuindo o mesmo carácter nevrótico, por serem fenómenos colectivos, escapam à maldição do isolamento individual. O paralelismo que se estabelece entre a história individual e a história da humanidade, permite, a partir da primeira esclarecer alguns aspectos da segunda. Ambas remetem para um acontecimento fundamental, há muito decorrido, mas que marcou toda a história da humanidade: a morte do pai primitivo. Tal como nos explica em *Totem e Tabu*, há muito tempo, quando o homem ainda vivia em hordas, o poder dependia exclusivamente do pai dominador e cruel que exercia um domínio despótico. Todas as mulheres lhe pertenciam, incluindo as suas próprias filhas e sempre que um dos filhos lhe suscitava ciúmes era massacrado ou expulso. Esta situação deu origem a uma revolta que terminou com a morte do pai dominador. Este, porém, ao mesmo tempo que era odiado, era também venerado, e a sua posição era por todos invejada. Embora cada um dos filhos quisesse ocupar o lugar do pai, tiveram de chegar a uma espécie de acordo, primeiro esboço de uma organização social. É deste acordo que deriva a proibição do incesto. A morte do pai primitivo está intimamente ligada ao aparecimento do totemismo, primeiro esboço de uma religião, e está sempre na base da atitude religiosa como um acontecimento traumático que apesar de esquecido permanece psiquicamente poderoso. (O traumatismo deriva da ambivalência da figura do Pai).

2 – A religião é uma das mais nobres conquistas da cultura que a ela muito deve. A vida em sociedade obriga a regras, a interdições, enfim, ao sacrifício dos instintos. Daqui deriva a ambivalência face à cul-

⁹ A Nietzsche devem-se juntar os nomes de Marx e Freud que com aquele constituem os mestres da suspeita. No que diz respeito a Marx, é de todos conhecida a afirmação segundo a qual a religião é o ópio do povo. A religião, que devia ser entendida no contexto das relações de produção, reflectia o estado de alienação do homem e servia de instrumento para o domínio de uma classe.

tura; por um lado é vista como um peso, um fardo que implica o sacrifício dos instintos; por outro como a possibilidade de domínio sobre a natureza e da vida social o que implica uma maior segurança. A vida em sociedade impõe frustrações, isto é, instintos não satisfeitos, e interdições, isto é, imposição de frustrações. A religião desempenhou um importante papel na interiorização das interdições, dando-lhes um fundamento divino e fazendo com que não aparecessem como meras obrigações exteriores. Este o importante papel desempenhado na história da humanidade.

3 – A religião só é uma ilusão *materialmente*, no sentido em que as proposições nela contida não correspondem a nada de real; existencialmente e historicamente a religião não é ilusória, porque, enquanto tal, as vivências nunca são ilusórias e porque do ponto de vista da psicanálise, a religião, ainda que não directamente, retrata a história verdadeira da humanidade.

4 – Mostrar a origem e a génese da religião, denunciar o seu carácter meramente humano, psicológico, pode facilitar a compreensão das interdições, torná-las mais aceitáveis e justificáveis, e por isso menos pesadas para os indivíduos pertencentes a um grupo social. Esta é, pelo menos, a esperança expressa em *O Futuro de uma Ilusão*.

É indiscutível que o século XX viveu à sombra destas denúncias. Contudo, creio que qualquer dos *mestres da suspeita* falhou como *profeta*. A *morte de Deus* não trouxe nem a sociedade fraterna, nem a liberdade e a felicidade, nem o heroísmo de quem vê tragicamente a vida, de que nos falava Nietzsche. E, no entanto, sob o ponto de vista da cultura, que inclui também o mercado das opiniões, das emoções e dos sentimentos, é fácil encontrar os ecos da morte de Deus: enfraquecimento das morais, denunciada a sua origem e o seu carácter artificial que esconde interesses recônditos, triunfo de uma atitude hedonista que, em tempos de crise, não alcança mais do que o imediato, e, sobretudo, o sentimento de vazio, de tédio, uma enorme indiferença amorfa – estamos já longe de um ateísmo militante. Até o rosto humano com que se apresentava o *humanismo ateu*¹⁰ se perdeu, agora que se vem assistindo ao esvaziamento do humano, à morte do homem¹¹.

⁶ Cf. HENRI DE LUBAC, *Le drame de l'humanisme atée*, Paris; SARTRE, *L'Existentialisme est un humanisme*, Paris.

⁶ Cf. CARMO FERREIRA, "Ética e antropologia" in *Questão ética e fé cristã*, Lisboa, 1988, vol. I, pp. 67-82.

Podemos evidentemente apresentar argumentos e críticas a estes pensadores, podemos mostrar a falência das suas doutrinas, acusá-las de tomarem apenas em conta a faceta moralista do cristianismo, de falarem de um Deus idolátrico, simples projecção mental — e tudo isto é justo. Mas a uma denúncia, a melhor resposta não é a crítica apologética. Ou a aceitamos e a levamos a sério, ou não a aceitamos e a desprezamos. Numa época em que se ouve o barulho dos coveiros a enterrarem não Deus, mas a notícia da morte de Deus, julgo que devemos levar estas denúncias a sério. Justamente, enquanto iconoclastas, enquanto denunciadoras de um Ídolo que pode servir de embuste a vários temores, receios, aspirações e desejos, estas denúncias obrigam-nos a uma atenção redobrada quando colocamos a pergunta da Esfinge: o que é o Homem?

JOSÉ PEDRO SERRA